

56.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA
5.ª LEGISLATURA, EM 19 DE AGOSTO DE 1963

PRESIDÊNCIA do Sr. *Ciro Albuquerque*

SECRETÁRIOS, Srs.: *Costabile Romano e Januário Mantelli Neto*

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

As 18 horas abre-se a sessão com a presença dos seguintes Srs. deputados: Adhemar Monteiro Pacheco — Alfredo Farhat — Alfredo Ignácio Trindade — Antônio Donato — Antônio Morimoto — Araripe Serpa — Ariovaldo Roscio — Benedito Matarazzo — Camillo Ashcar — Carlos Kherlakian — Carlos René Egg — Cássio Ciampolini — Arruda Castanho — Chopim Tavares de Lima — Cid Franco — Conceição da Costa Neves — Costabile Romano — Ciro Albuquerque — Diogo Nomura — Domingos José Aldrovandi — Esmeraldo Soares Tarquinio de Campos Filho — Fernando Mauro — Fioravante Iervolino — Floro Pereira da Silva — Francisco Amaral — Francisco Franco — Francisco Salgot Castillon — Gilberto Geraldo Siqueira Lopes — Gualberto Moreira — Gustavo Martini — Hélio Bernardi — Hilario Torloni — Homero Silva — Hozair Mota Marcondes — Ioshifumi Utiyama — Israel Dias Novais — Jacob Zveibil — Jamil Dualibi — Jamil Gadia — Januário Mantelli Neto — Jayme Daige — João Hornos Filho — Joaquim Gouvêa Franco Júnior — Chaves de Amarante — Amaral Gurgel — Blota Júnior — José Costa — José Felício Castellano — Archimedes Laminóglia — José Luiz Cembranelli — José Lurtz Sabiá — José Sidney Cunha — José da Silveira Sampaio — Juvenal de Campos — Leônicio Ferraz Júnior — Leônidas Ferreira — Lucio Casanova Neto — Mario Teles — Murillo Sousa Reis — Nabi Abi Chedid — Nadir Kenan — Nelson Pereira — Avalone Júnior — Omair Zomignani — Orlando Iazzetti — Osvaldo Santos Ferreira — Osvaldo Massei — Paulo Nakandakare — Paulo Planet Buarque — Pedro Geraldo Costa — Pedro Paschoal — Pinheiro Júnior — Raul Schwinden — Renato Cordeiro — Cardoso Alves — Roberto Gebara — Ruy de Almeida Barbosa — Ruy de Mello Junqueira — Semi Jorge Resegue — Shiro Kiono — Sival Antunes de Sousa — Valério Giuli — Venício Camillo Giachini — Odilo A. Siqueira — Olavo H. de Moura — Muzzetti Elias Antônio — Aristides Troncoso Peres e José Salvador Julianelli; e ausência dos seguintes Srs. deputados: Altimar Ribeiro de Lima — Farabullini Júnior — Augusto do Amaral — Realindo Corrêa — Lot Neto — Scalamandré Sobrinho — Galileu Cruzado — Jacob Pedro Carolo — João Batista Botelho — Mendonça Falcão — Brício Secco — José Jorge Coury — José Rosa da Silva — José Garcia — Lauro Gomes de Almeida — José Zollner Machado — Manoel Joaquim Fernandes — Maurício Leite de Moraes — Nagib Chaib — Onofre Gusien — Orlando Zancaner — Osvaldo Rodrigues Martins — Paulo de Castro Prado — Lopes Ferraz — Wilson Lapa — Luciano Nogueira Filho e Santilli Sobrinho.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETARIO procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa a V. Exas. que se encontra em visita a esta Assembléa o ilustre deputado federal, pelo Partido Trabalhista Brasileiro Paulo Mansur. (Palmas)

Vamos passar à Ordem do Dia.

— Passa-se à

ORDEM DO DIA

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA

— Entra em discussão, e é sem debate aprovado, sendo rejeitado o veto, o Projeto de lei n. 1 216/62 (Autógrafo n. 8775), vetado totalmente, apresentado pelo Sr. Governador, concedendo pensão mensal a D. Juliette Statmüller. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o Artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 30-8-63).

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

— Entra em 2.ª discussão o Projeto de Resolução n. 18-63, apresentado pelo deputado Januário Mantelli Neto, autorizando a Mesa da Assembléa a entrar em entendimento com o IDORT, a fim de proceder à reorganização de sua Secretaria, bem como a reestruturação do Quadro do Pessoal. Parecer n. 1.027/63, da Mesa, favorável, com emenda.

O SR. JOSE LURTZ SABIÁ (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, quanto ao Projeto de Resolução de n. 18, apresentado a esta Casa pelo nobre deputado Januário Mantelli Neto, que foi aprovado, em primeira discussão, a semana passada, considero, realmente, satisfatória a sua aprovação, uma vez que irá propiciar a esta Assembléa uma grande oportunidade para reparar uma série de injustiças.

Desde que aqui cheguei, venho me preocupando profundamente com o seu aspecto burocrático, porque entendo que o funcionamento do Parlamento só poderá ser completo se tiver a cooperação dos servidores da sua Secretaria. Sinto-me à vontade para abordar o problema, porque sou deputado novo nesta Casa, porque jamais solicitei qualquer pedido dos dirigentes da Mesa, com relação a funcionários, porque não tenho laço de parentesco com qualquer servidor da Casa. Desde que aqui cheguei verifiquei determinados aspectos negativos no funcionalismo, como injustiças praticadas em razão da influência política, de apadrinhamentos e filiotismos. Assim, pergunto como pode um bom servidor trabalhar nesta Casa se sabe que existem diversos outros colegas seus que não aparecerem na Assembléa e no fim do mês recebem integralmente os vencimentos, às vezes maiores? E' contraproducente para o funcionamento da Assembléa alguns funcionários acompanharem essas irregularidades por anos a fim. Políticos transformaram esta Casa como se fossem suas próprias casas.

Vou dar um exemplo. Acabo de chegar do Serviço Médico. Existe lá um médico que jamais colocou seu avental. Depois que reclamei, ele, muito esperto, passou a chegar às 2 hs. para assinar o ponto e voltar às 17 hs. quietinho, para assinar a saída. Jamais deu consulta nesta Casa. Desmoraliza os próprios servidores que prestam serviço e abedecem rigorosamente a escala. Disse-me o Diretor do Serviço Médico que nada pode fazer, porque ele tem padrinho aqui dentro. Quero saber quem é o padrinho desse médico incapaz, desonesto, que não presta serviços e, no fim do mês, vem receber seus vencimentos. Irei lá para ver se ele põe seu avental ou não. Pedirei ao Sr. Presidente, ao Sr. Diretor Geral da Casa para me acompanharem e riscar o ponto desse médico.

O que não pode é permanecer esta situação de vergonha. Enquanto um trabalha, outro, malandro, relapso, vem à Assembléa, assina o seu "pontinho" e vai cuidar de ganhar o seu dinheiro lá fora. Qual o deputado que vai ter a coragem de apadrinhar um malandro desses! A resolução do nobre deputado Mantelli Neto vem a tempo para reestruturar o Quadro da Secretaria da Assembléa, para fazer justiça aos funcionários que trabalham, para estimular aqueles que prestam os seus serviços. E são as mesmas figuras que aqui estão diuturnamente, os mesmos funcionários abnegados, os "pé-de-boi", que é um número insignificante em relação ao Quadro de funcionários da Assembléa. No entanto, tantos existem, muitos, andando de "beleza" por aí a fora, apenas percebendo vencimentos sem prestar nenhum serviço, desestimulando o bom funcionário. Disse desta tribuna, várias vezes: não votei no Presidente desta Casa, mas justiça lhe seja feita. Sou adversário ferrenho do governo que aí está, de forma anarquizada em certos setores de sua administração. Sou adversário até a medula do partido de S. Exa.. Mas justiça lhe seja feita. Vem dirigindo esta Casa com sobriedade, com honestidade, com o espírito voltado para o prestígio deste poder. E não só ele, mas alguns elementos da Mesa, vêm recebendo pressão de toda ordem para transigir, e felizmente não têm transigido até o presente momento, e acredito que S. Exa. como condutor deste Parlamento, não vai transigir. E aí vem essa medida saneadora do estudo do Idort.

O Sr. Blota Júnior (Com assentimento do orador) — Nobre deputado Lurtz Sabiá, a bancada do Partido Social Progressista vê com intensa satisfação o testemunho público de V. Exa. em torno das indiscutíveis qualidades que exornam a personalidade do Presidente *Ciro Albuquerque*. Não obstante, gostaríamos de considerar, ao longo da discussão que V. Exa. mantém dessa tribuna que ocupa com tanta frequência e brilho, que este estudo virá efetivamente

reparar algumas injustiças que se verificam. E eu, sem querer em absoluto desmerecer algumas classes de funcionários na tentativa de criar o critério de trabalho de outras, gostaria de lembrar a esta comissão, ao Presidente desta Casa e até a V. Exa. a situação angustiante, aflitiva, da Taquigrafia desta Casa. Não é mais possível que a Assembléa Legislativa continue competindo em termos de salários baixos com os altíssimos salários pagos aos taquigrafos pelas empresas particulares de São Paulo. Antigamente, ser taquigrafo-parlamentar era excelência, alta distinção; era, portanto, o mais alto degrau a que pudesse ascender um taquigrafo, necessitado quase sempre de acompanhar a incansável velocidade com que alguns deputados, como V. Exa., falam dessa tribuna, ou outros deputados, como eu próprio. E, no entanto, hoje, vemos, até com desprezo, que esta classe ficou esquecida, que não acompanhou o paralelo existente nas demais reivindicações, nas demais reestruturções salariais. E' preciso, como V. Exa. bem aponta, negar-se aqueles que estão na Assembléa Legislativa como seus funcionários apenas pró-forma todos os privilégios. Mas é preciso também que a reforma aceite os direitos inabaláveis daqueles que vêm, com indefectível ânimo, trabalhando todos os dias, às vezes até as 4 horas da madrugada, para que estes debates possam ir a público com a necessária correção e exprimindo de verdade o que os deputados tentaram dizer nesta Assembléa.

O SR. JOSE LURTZ SABIÁ — Muito obrigado, nobre deputado. E eu, nestas considerações que venho trazendo, ia chegar a esse aspecto. Sabe V. Exa. por que a Taquigrafia se encontra nessas condições? Porque é um Quadro técnico, em que somente elementos especializados podem integrá-lo, e, logicamente, não recebem a intervenção política. Então, percebe V. Exa. a disparidade de salários nesta Casa. Existem funcionários que aqui não comparecem e que vêm recebendo inclusive F.G. — função gratificada. Já tive oportunidade de verificar, na Tesouraria. E lá, funcionários quase que chegam para o "caboclo" e dizer: "Mas V. Exa. não trabalha"!... Até chamá-lo de "excelência".

Porque um cidadão que não comparece a esta Casa mas que no fim do mês recebe seus vencimentos e inclusive "função gratificada", não pode ter outro tratamento — porque se não é deputado, pelo menos é apadrinhado por um deputado. Então V. Exa. percebe que a Taquigrafia se encontra nessas condições porque é um Quadro Técnico. O Idort, vindo aí, irá racionalizar o trabalho. Então V. Exa. vai verificar a afiliação de muitos servidores. E, mais ainda, é capaz de no instante em que o Idort chegar a esta Casa para proceder à racionalização do trabalho, encontrar barreiras terríveis, porque as medidas que ele vier a tomar serão técnicas, não políticas. E o que ouço dizer por aí é que esta Casa é política, não técnica.

Mas não quero alongar-me, Sr. Presidente. A aprovação desta resolução vem dar o grande ensejo de a Assembléa Legislativa de São Paulo construir seu Quadro de servidores e de dar um grande exemplo às outras Assembléas, desde que é o primeiro órgão político por excelência que vai buscar um organismo para racionalizar os seus serviços, demonstrando desta forma que deseja colocar este Poder a serviço do povo e dos Srs. deputados que aqui estão. E a Mesa se encontra em condições e à vontade, porque foi pela primeira vez na história política desta Casa que um Presidente foi eleito com 93 votos. Portanto, encontra-se moralmente amparada para empreender este trabalho de racionalização do Quadro da Assembléa, suprimindo de uma vez por todas estes privilégios monstruosos que só tem o condão decisivo de desmoralizar e deslustrar este Parlamento. Não é só a má atuação de deputados, mas, também, de servidores que colaboram decisivamente para que esta Casa não caminhe. E há exemplos patentes. Hoje mesmo, um deputado reclamava do andamento de seus processos. Eu reclamei, durante 90 dias, os meus requerimentos e mais um que vou reclamar amanhã e ficar na tribuna obstruindo até a vinda desse requerimento de informações. Não funciona, por quê? Porque aquilo vai de gaveta para gaveta, sem que possa existir aquela norma de trabalho. E, ainda mais, a máquina ser organização e ajustamento não pode funcionar. Vários setores negativos, em razão de que a burocracia emperra tudo. E, às vezes, há bons funcionários que trabalham, mas têm que seguir aquela desorganização estrutural desta Casa. Mas o Idort vai racionalizar estes serviços. Não vai haver mais apadrinhamentos políticos, nem vai haver esses comissionamentos que são uma imoralidade. São 386 comissionamentos de servidores em gabinetes. E a prova está em que um cidadão veio me procurar. "O, deputado, você não poderia pedir meu comissionamento na Assembléa Legislativa?" Para trabalhar? — perguntei. "Não, eu queria me comissionar lá porque tenho certas ocupações lá fora". — Sai prá lá!

As vezes, digamos, de certa forma usando o mandato com alguma violência, criando, às vezes, obstáculos, às vezes grandes inimidades, sem obter até o necessário para a manutenção do meu prestígio político lá fora. Mas não importa. Quatro anos manter-me-ei nesta Casa e, se ao sair deste Parlamento, deixar o Quadro da Assembléa em ordem, sairei tranquilo e feliz, porque pude dar a minha contribuição para esta Casa funcionar em benefício da coletividade, prestigiando o mandato popular.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PEDRO GERALDO COSTA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. ARARIPE SERPA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Encontra-se inscrito para falar o nobre deputado Blota Júnior. A Mesa informa aos nobres deputados Pedro Geraldo Costa e Araripe Serpa que terá oportunidade de conceder a palavra a S. Exas. posteriormente. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Araripe Serpa, por cessão do nobre deputado Blota Júnior.

O SR. ARARIPE SERPA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, jamais, nesta tribuna, pretenderei criticar o procedimento de qualquer colega. Todos têm igual direito e oportunidade de uso da tribuna e de poder exercer esse direito na extensão maior daquilo que o bom-senso autoriza. Todavia, de tempos a esta parte, o nobre deputado José Lurtz Sabiá insiste numa crítica veemente à Secretaria do Poder Legislativo de São Paulo. E, pinçando ao longo de seus discursos um ou outro nome, um ou outro servidor, compromete, pela veemência que imprime às suas palavras, todo o sistema que serve ao Poder Legislativo do Estado de São Paulo. Ora, S. Exa. não é o diretor geral desta Assembléa Legislativa; S. Exa. não é 2.º Secretário desta Assembléa Legislativa; não é 1.º Secretário, não é o Presidente deste Poder Legislativo. E, pelo que sei, nem o Diretor Geral, nem o 2.º Secretário, nem o 1.º Secretário, e nem mesmo o Presidente desta Assembléa delegou a S. Exa. prerrogativas tais que lhe permitam, invadindo dependências desta Assembléa, trazer sob ameaças, num regime de pânico, os seus servidores.

O Sr. José Lurtz Sabiá — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ARARIPE SERPA — V. Exa. vai me ouvir, como ouvi V. Exa. O Sr. José Lurtz Sabiá — Desejo uma oportunidade para responder a V. Exa.

O SR. ARARIPE SERPA — Primeiro ouça V. Exa. depois concederei tantos apartes quantos queira V. Exa.

Mas esta é uma Assembléa que paga o preço imenso de ser, como em verdade é, uma casa política. E, sendo casa política, as ingerências, as influências dessa madrastra que é mesmo a política, cria determinadas situações delicadíssimas na vida do Poder Legislativo. Eis por que não pode, de maneira nenhuma, sofrer o justo pelo pecador e de maneira indiscriminada alcançar-se a todos. Nesta Assembléa existem funcionários que servem de exemplo a qualquer serviço público de qualquer nação do mundo (Muito bem!) e que, por isso mesmo, merecem o respeito e o acatamento de cada um de nós em particular e todos conjuntamente. Quantos e quantos servidores no anonimato, num trabalho constante, permanentemente, devotado, com sacrifício, dão de si o melhor para que esta Casa caminhe de cabeça erguida, honrando, na parte administrativa, os compromissos que incumbem a este poder, que é o poder de sustentação do regime democrático. Mas um funcionário que deixa de cumprir o seu dever é motivo para que se crie uma celeuma imensa que, como disse, alcança a todos.

Quem não sabe que deputados há também que não cumprem o seu dever, desdidos no seu dever? E ninguém aqui desta tribuna está a pedir contas ao deputado que deixa de comparecer a 4, 5, 10, 20, 30 sessões, durante 2, 3, 4 meses, detido muitas vezes nessas suas faltas apenas pelo mandamento constitucional que impede que um parlamentar se ausente por mais de 180 dias dos trabalhos do Poder Legislativo. Mas é fácil a crítica que alcança o pequenino, pois por maior que seja o funcionário na hierarquia administrativa é ele sempre um pequenino face ao todo-poderoso Sr. parlamentar, que pode abrir